

## PROJETO DE LEI Nº

**Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Sumaré  
para o exercício de 2026.-**

### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Artigo 1º** - Esta lei orça a receita e fixa a despesa do Município de Sumaré para o exercício de 2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 165 da Constituição Federal, Lei Federal nº 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais legislações Infraconstitucionais e na forma de Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta instituída ou mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta instituída ou mantidas pelo Poder Público.

#### SEÇÃO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**Artigo 2º** - A receita total orçada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R\$ 1.810.961.185,75 (um bilhão, oitocentos e dez milhões, novecentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)**.

§ 1º - Estão incluídos no total referido no “caput” deste artigo, os recursos próprios das autarquias, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§ 2º - Os valores destinados as Emendas individuais, previstos no Art. 233A., § 1º da Lei Orgânica do Município de Sumaré, serão alocados na seguintes funcionais programáticas, cujos recursos serão destinados de conformidade com os dispositivos legais:

02.002.001.0010.0301.0002.1019.449051000000000000.081000000

02.013.001.0015.0451.0004.1019.449051000000000000.081000000

**Artigo 3º** - A receita será arrecadada nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observado o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	(valores em R\$)	
1100-Impostos, taxas e contribuições de melhoria	478.431.150,00	
1200-Receita de Contribuições	63.633.126,48	
1300-Receita Patrimonial	31.034.845,30	
1600-Receita de Serviços	2.953.118,02	
1700-Transferências Correntes	952.443.529,58	
1900-Outras Receitas Correntes	28.754.438,40	
7000-Receita Correntes Intra-Orçamentárias	95.561.174,22	
2000-Receitas de Capital	278.293.403,75	
(-) Deduções de Receitas para Formação do FUNDEB	(120.143.600,00)	
<b>Total da Receita Líquida</b>	<b>1.810.961.185,75</b>	



**Parágrafo único** - Durante o exercício financeiro de 2026 a receita poderá ser alterada de acordo com a necessidade de adequá-la à sua efetiva arrecadação.

**Artigo 4º** - A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, no mesmo valor da receita total, é de **R\$ 1.810.961.185,75 (um bilhão, oitocentos e dez milhões, novecentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)**, sendo:

I - no Orçamento Fiscal: **R\$ 1.284.098.644,23 (um bilhão, duzentos e oitenta e quatro milhões, noventa e oito mil reais e vinte e três centavos)**;

II - no Orçamento da Seguridade Social: **R\$ 526.862.541,52 (quinhentos e vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos)**.

**Artigo 5º** - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e sub-funções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

<b>POR ÓRGÃOS</b>	<b>(valores em R\$)</b>
01 – Câmara Municipal de Sumaré	43.000.000,00
02 – Prefeitura Municipal de Sumaré	1.624.771.000,00
03 – Agência Reguladora Serviços Públicos Municipais	-
04 - Instituto Assistencial do Município de Sumaré	3.269.185,75
05 – Fundo de Previdência Social do Município de Sumaré	139.921.000,00
<b>Total do Orçamento por Órgão</b>	<b>1.810.961.185,75</b>
<b>POR NATUREZA DA DESPESA</b>	<b>(valores em R\$)</b>
<b>3 – Despesas Correntes</b>	<b>1.406.673.032,12</b>
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	642.952.919,72
3.2 – Juros e encargos da Dívida	17.558.333,33
3.3 – Outras Despesas Correntes	746.161.779,07
<b>4 – Despesas de Capital</b>	<b>313.199.058,87</b>
4.4 – Investimentos	218.018.280,97
4.6 – Amortização da Dívida	95.180.777,90
<b>9 – Reserva de Contingência</b>	<b>91.089.094,76</b>
9.9 – Reserva de Contingência	91.089.094,76
<b>Total do Orçamento</b>	<b>1.810.961.185,75</b>
<b>POR FUNÇÃO DE DESPESA</b>	<b>(valores em R\$)</b>
01 – Legislativa	43.000.000,00
03 – Essencial à Justiça	258.656,22
04 – Administração	227.110.161,63
06 – Segurança Pública	1.818.552,53
08 – Assistência Social	48.988.228,11
09 – Previdência Social	222.870.173,66
10 – Saúde	394.925.139,75
12 – Educação	455.928.763,39
13 – Cultura	3.834.356,68
15 – Urbanismo	142.818.368,44
16 – Habitação	33.510.000,00
18 – Gestão Ambiental	10.566.043,40



19 – Ciência e Tecnologia	160.459,10
20 – Agricultura	475.000,00
23 – Comércio e Serviços	30.000,00
26 – Transporte	89.797.600,36
27 – Desporto e Lazer	4.640.721,98
28 – Encargos Especiais	128.228.960,50
99 – Reserva de Contingência	2.000.000,00
<b>Total do Orçamento</b>	<b>1.810.961.185,75</b>

**Parágrafo único** - Integram o Orçamento Fiscal ou o Orçamento da Seguridade Social, conforme o vínculo institucional de cada uma das entidades, as dotações orçamentárias à conta do Tesouro Municipal, das receitas próprias e das receitas vinculadas, destinadas a seus fundos e autarquias.

### SEÇÃO III DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

**Artigo 6º** - Fica o Poder Executivo autorizado a:

**I** - abrir no curso da execução orçamentária de 2026, créditos adicionais suplementares, até o limite de **20% (vinte por cento)** da despesa total, considerando os seguintes recursos:

**a.** Por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do inciso I, artigo 43, da Lei Federal nº 4320/64;

**b.** Provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do inciso II do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

**c.** Provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei, na forma do inciso III do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

**d.** Por conta de recursos oriundos operações de créditos, na forma do inciso IV, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

**II** - abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

**III** - abrir créditos suplementares mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite estabelecido no inciso I.

**Parágrafo único** - Não onerarão o limite previsto no inciso I deste artigo os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas de natureza de pessoal e encargos sociais, inclusive inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de **10% (dez por cento)** do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

#### SEÇÃO IV DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Artigo 7º** - Fica o Poder Executivo, autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite de **5% (cinco por cento)** da receita total estimada para o exercício de 2026, observadas as condições estabelecidas no artigo 38 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

#### SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 8º** - Ficam alterados os programas de governo, ações governamentais e metas financeiras do PPA e da LDO, nos termos estabelecidos nesta lei.

**Artigo 9º** - As metas fiscais do exercício de 2026, a que se refere o artigo 5º da Lei Municipal nº 7485, de 25 de junho de 2025, ficam reprogramadas nos termos desta lei.

**Artigo 10** - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Município de Sumaré,



**HENRIQUE STEIN SCIASCIO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**